



123

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0241619-9

APELANTE: Município do Recife

APELADO: Aldonso da Cunha Pedrosa Júnior

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. IPTU. PRESCRIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CAUSA INTERRUPTIVA DO PRAZO PRESCRICIONAL. ART. 174 DO CTN. RECURSO IMPROVIDO. 1. A solução da controvérsia consiste em definir se os créditos tributários de IPTU dos exercícios fiscais de 1999 a 2001, relativos a um imóvel de propriedade do contribuinte/apelado foram, ou não, atingidos pela prescrição. 2. Na sentença, o juízo de primeiro grau observou que o extrato de acompanhamento processual juntado aos autos pelo contribuinte/apelado indicava que, além da distribuição automática do feito ocorrida em 27/12/2004, inexistia qualquer outra movimentação processual referente à Execução Fiscal nº. 0091741-37.2004.8.17.001. 3. Diante disso, considerando a inocorrência da citação do executado e, bem assim, a inexistência de causa interruptiva do prazo prescricional (art. 174, do Código Tributário Nacional), o juízo de primeiro grau julgou procedentes os pedidos formulados na exordial, em ordem a declarar a prescrição dos créditos tributários impugnados nos autos. 4. Nesse contexto, considerando as peculiaridades do caso concreto, verifica-se que a sentença vergastada não merece reforma. 5. De fato, constata-se que, em conformidade com o disposto no art. 333, I, do Código de Processo Civil, o contribuinte/apelado desincumbiu-se do ônus de provar o fato constitutivo do direito que alega. 6. Em contrapartida, o Município do Recife não produziu nenhuma prova apta a demonstrar a ocorrência de qualquer das causas interruptivas do prazo prescricional, previstas no art. 174, do Código Tributário Nacional. 7. Corroborando tal conclusão, verifica-se do extrato de acompanhamento processual disponível no sítio eletrônico deste Egrégio Tribunal de Justiça que a Execução Fiscal nº. 0091741-37.2004.8.17.001 foi extinta, em 21/06/2013, por desistência do Município do Recife. 8. Apelo improvido, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0241619-9, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso de apelação, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento)

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0241619-9

APELANTE: Município do Recife

APELADO: Aldonso da Cunha Pedrosa Júnior

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta pelo **Município do Recife** contra sentença proferida pelo Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital que, nos autos da Ação Ordinária nº 0129637-41.2009.8.17.0001, julgou procedentes os pedidos formulados por **Aldonso da Cunha Pedrosa Júnior**, nos seguintes termos (fls. 75-76):

O demandante acosta aos autos, documento de fls. 71, com o acompanhamento processual do processo 0091741-31-37.2004.8.17.0001, citado pelo réu como sendo a execução dos débitos referentes aos exercícios de 1999, 2000 e 2001.

Verifica-se no acompanhamento da execução que a mesma foi proposta em 27/12/2009, mas até 14/01/2010, mais de cinco anos depois, ainda não havia sido determinada a citação do executado.

Deste modo, decorrido o quinquênio legal, conforme documento acostado, com fulcro no art. 462, do CPC, reconheço a prescrição dos créditos tributários combatidos nestes autos. Razão pela qual, julgo procedente o pedido do autor, deixando de condenar o réu nas custas e honorários, em face de que a Prescrição aqui reconhecida se deu após a propositura da ação. (Grifou-se)

Em retrospecto, observa-se dos autos que o contribuinte/apelado interpôs a referida Ação Ordinária com o objetivo de obter a declaração de que os créditos tributários de IPTU dos exercícios fiscais de 1993 a 2001, relativos a um imóvel de sua propriedade teriam sido atingidos pela prescrição.

Para tanto, afirma que *"em todas as execuções fiscais anexadas a esta demanda não há a ocorrência da citação, o que se pode concluir que após o lançamento não se deu nenhum fato capaz de interromper a prescrição"*.

Por outro lado, o Município do Recife alega que teria ocorrido tão somente a prescrição parcial dos créditos tributários discutidos nos autos.

Nesse sentido, com base no art. 1º, II, da Portaria nº 300, de 23 de julho de 2009, da Secretaria de Assuntos Jurídicos, admite que os créditos tributários relativos aos exercícios de 1993 a 1998 foram atingidos pela prescrição intercorrente, razão pela qual *"desde já informa que estão sendo tomadas as medidas administrativas visando o cancelamento das CDA's e das respectivas execuções fiscais"*.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Todavia, o Município do Recife defende a não ocorrência de prescrição quanto aos créditos tributários dos exercícios de 1999 a 2001.

Segundo o apelante, a citação do contribuinte/apelado teria sido despachada no momento da interposição da Execução Fiscal nº 0091741-37.2004.8.17.0001, em 27/12/2004.

Diante disso, sustenta que *"o eminente magistrado a quo, quando decretou a prescrição baseado somente no acompanhamento da execução juntado pela recorrida incorreu, data vênua, em equívoco, pois deixou de considerar a possibilidade de a citação não ter ocorrido por mecanismos inerentes à Justiça (Súmula 106 do STJ). Baseou-se apenas em mero andamento processual, sem perscrutar os motivos possíveis da inocorrência da citação"*.

A douta Procuradoria de Justiça opinou (fls. 114-115) pelo improvimento do apelo.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 05 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

129



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0241619-9
APELANTE: Município do Recife
APELADO: Aldonso da Cunha Pedrosa Júnior
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

A solução da controvérsia consiste em definir se os créditos tributários de IPTU dos exercícios fiscais de 1999 a 2001, relativos a um imóvel de propriedade do contribuinte/apelado foram, ou não, atingidos pela prescrição.

Segundo consta dos autos (fl. 86), os créditos tributários de IPTU do imóvel em apreço, relativos aos exercícios fiscais de 1999 a 2001, foram inscritos em Dívida Ativa em 12/10/2002 (CDA nº. 1.02.04.091741.0).

Por sua vez, a Ação de Execução Fiscal para a cobrança de tais créditos foi ajuizada em 27/12/2004.

Todavia, em 2009, o contribuinte/apelado interpôs a presente Ação Ordinária suscitando a prescrição dos referidos créditos tributários, tendo em vista a inocorrência de sua citação, na qualidade de executado.

Na sentença, o juízo de primeiro grau observou que o extrato de acompanhamento processual juntado aos autos pelo contribuinte/apelado (fl. 71) indicava que, além da distribuição automática do feito ocorrida em 27/12/2004, inexistia qualquer outra movimentação processual referente à Execução Fiscal nº. 0091741-37.2004.8.17.001.

Diante disso, considerando a inocorrência da citação do executado e, bem assim, a inexistência de causa interruptiva do prazo prescricional (art. 174, do Código Tributário Nacional), o juízo de primeiro grau julgou procedentes os pedidos formulados na exordial, em ordem a declarar a prescrição dos créditos tributários impugnados nos autos.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, verifica-se que a sentença vergastada não merece reforma.

De fato, constata-se que, em conformidade com o disposto no art. 333, I, do Código de Processo Civil, o contribuinte/apelado desincumbiu-se do ônus de provar o fato constitutivo do direito que alega.

Em contrapartida, o Município do Recife não produziu nenhuma prova apta a demonstrar a ocorrência de qualquer das causas interruptivas do prazo prescricional, previstas no art. 174, do Código Tributário Nacional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Corroborando tal conclusão, verifica-se do extrato de acompanhamento processual disponível no sítio eletrônico deste Egrégio Tribunal de Justiça que a Execução Fiscal nº. 0091741-37.2004.8.17.001 foi extinta, em 21/06/2013, por desistência do Município do Recife. Senão, veja-se:

A FAZENDA MUNICIPAL., por intermédio de sua Procuradoria, propôs as Execuções Fiscais abaixo listadas, postulando recebimento de créditos fiscais, contra os executados referidos, inscritos na Dívida Ativa, concernente a Tributos Municipais, através de mídia magnética ótica (Compact Disc).

Através das petições de fls. 05/06, com base no parecer nº 100/2013, aprovado pelo Secretário de Assuntos Jurídicos do Município do Recife, o qual segue em anexo, o Município do Recife pleiteou a desistência das respectivas execuções fiscais. Isto posto, DECLARO extintos os respectivos processos constantes da mídia magnética (Compact Disc), o qual fica fazendo parte integrante desta sentença homologatória, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 569 do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 26 da Lei nº 6.830/80 - LEF, bem como nos termos do Parecer Número 100/2013, sem resolução do mérito, a teor do artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil.

Sem custas. Sem honorários.
(Grifou-se)

Ante o exposto, **nego provimento ao apelo**, mantendo a sentença em todos os seus termos.

Recife, 22 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator